

JOSÉ JAIR O GOMES

DIREITO ELEITORAL

17^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



atlas

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 27.01.2021

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384

São Paulo – SP – 01203-904

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G614d

Gomes, José Jairo

Direito Eleitoral / José Jairo Gomes. – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-97-02772-3

1. Direito eleitoral – Brasil. I. Título.

21-68866

CDU: 342.8(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

.....

1	Direitos políticos.....	1
1.1	Compreensão dos direitos políticos.....	1
1.1.1	Política	1
1.1.2	Direito político, direito constitucional e ciência política.....	4
1.1.3	Direitos políticos	5
1.2	Direitos humanos e direitos políticos.....	7
1.3	Direitos fundamentais e direitos políticos	9
1.4	Privação de direitos políticos.....	10
1.4.1	Considerações iniciais	10
1.4.2	Cancelamento de naturalização	13
1.4.3	Incapacidade civil absoluta	14
1.4.3.1	Pessoas portadoras de deficiência.....	15
1.4.4	Condenação criminal transitada em julgado	17
1.4.5	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta	25
1.4.6	Improbidade administrativa	27
2	Direito eleitoral	29
2.1	Conceito e fundamento do direito eleitoral.....	29
2.2	O microsistema eleitoral	31
2.3	Conceitos indeterminados	31
2.4	Fontes do direito eleitoral.....	32
2.5	Hermenêutica eleitoral	36
2.5.1	Proporcionalidade e princípio da razoabilidade.....	40
2.6	Relação com outras disciplinas.....	48

3	Princípios de direito eleitoral.....	51
3.1	Sobre princípios.....	51
3.1.1	Princípio e valor	56
3.2	Princípios de direito eleitoral.....	59
3.3	Democracia.....	61
3.3.1	Ideia de democracia.....	61
3.3.2	Democracia representativa	65
3.3.3	Estado Democrático de Direito.....	68
3.4	Soberania popular	69
3.5	Princípio republicano	70
3.6	Sufrágio universal.....	71
3.6.1	O que é sufrágio?.....	71
3.6.2	Sufrágio e cidadania.....	72
3.6.3	Classificação do sufrágio.....	73
3.6.4	Sufrágio e voto.....	75
3.7	Legitimidade das eleições.....	75
3.8	Moralidade	76
3.9	Probidade	79
3.10	Igualdade ou isonomia	80
3.11	Pluralismo político.....	81
3.12	Liberdade de expressão.....	83
3.12.1	Dimensão eleitoral da liberdade de expressão	88
4	Justiça eleitoral	93
4.1	Considerações iniciais	93
4.2	Funções da justiça eleitoral	97
4.2.1	Função administrativa.....	97
4.2.2	Função jurisdicional	98
4.2.3	Função normativa	100
4.2.4	Função consultiva	101
4.3	Tribunal Superior Eleitoral	101
4.4	Tribunal Regional Eleitoral.....	105
4.5	Juizes eleitorais.....	109
4.6	Juntas Eleitorais	111
4.7	Divisão geográfica da justiça eleitoral.....	112
5	Ministério Público Eleitoral.....	115
5.1	Considerações iniciais	115
5.2	Procurador-Geral Eleitoral	117
5.3	Procurador Regional Eleitoral.....	117
5.4	Promotor Eleitoral.....	118
5.5	Conflitos positivos e negativos de atribuição entre membros do MP Eleitoral.....	122

6	Partidos políticos	125
6.1	Introdução.....	125
6.2	Definição	128
6.2.1	Função	129
6.2.2	Distinção de partido político e outros entes.....	130
6.2.3	Coligação partidária	130
6.3	Regime e natureza jurídica.....	133
6.3.1	Regime jurídico	133
6.3.2	Natureza jurídica.....	133
6.4	Registro no TSE.....	134
6.5	Organização	136
6.5.1	Liberdade de organização	136
6.5.2	Estrutura geral	136
6.5.3	Incorporação e fusão de partidos.....	140
6.5.4	Fundação e instituto partidário.....	141
6.6	Filiação, desfiliação, suspensão e cancelamento de filiação partidária	142
6.7	Propaganda partidária e intrapartidária	146
6.7.1	Propaganda partidária.....	146
6.7.2	Propaganda intrapartidária.....	146
6.7.3	Responsabilização por propaganda ilícita.....	148
6.8	Finanças partidárias.....	148
6.8.1	Financiamento partidário	148
6.8.2	Despesas partidárias	151
6.8.3	Prestação de contas partidárias	152
6.9	Fidelidade partidária.....	155
6.10	Perda de mandato por infidelidade partidária	158
6.11	Extinção de partido político	170
6.12	Competência jurisdicional para questões partidárias	170
6.13	Vícios do sistema partidário brasileiro.....	172
6.14	Improbidade administrativa em partido político	174
7	Sistemas eleitorais.....	179
7.1	Considerações iniciais	179
7.2	Sistema majoritário	180
7.2.1	Sistema distrital	181
7.2.2	Distritão.....	183
7.3	Sistema proporcional	185
7.3.1	Introdução.....	185
7.3.2	Sistema proporcional no Brasil	186
7.3.3	Distribuição de cadeiras – quocientes eleitoral e partidário e sobras eleitorais.....	187

7.3.4	Críticas ao sistema proporcional.....	194
7.3.5	Suplência	196
7.3.6	Lista aberta, fechada e flexível	197
7.4	Sistema misto	198
8	Alistamento eleitoral.....	201
8.1	Considerações iniciais	201
8.2	Domicílio eleitoral.....	202
8.3	Alistamento eleitoral obrigatório	203
8.3.1	Realização do alistamento.....	203
8.3.2	Pessoas obrigadas a se alistar	206
8.3.3	Sigilo do cadastro eleitoral.....	209
8.4	Alistamento eleitoral facultativo	210
8.5	Inalistabilidade	211
8.6	Transferência de domicílio eleitoral.....	212
8.7	Cancelamento e exclusão	215
8.8	Revisão do eleitorado.....	219
9	Elegibilidade.....	223
9.1	Caracterização da elegibilidade.....	223
9.2	Condições de elegibilidade	224
9.2.1	Nacionalidade brasileira.....	224
9.2.2	Pleno exercício dos direitos políticos	225
9.2.3	Alistamento eleitoral.....	225
9.2.4	Domicílio eleitoral na circunscrição.....	226
9.2.5	Filiação partidária	227
9.2.6	Idade mínima.....	229
9.2.6.1	Há idade máxima para se candidatar?	231
9.3	Elegibilidade de militar.....	232
9.4	Reelegibilidade.....	234
9.5	Momento de aferição das condições de elegibilidade	235
9.6	Arguição judicial de falta de condição de elegibilidade.....	238
9.7	Perda superveniente de condição de elegibilidade	238
10	Inelegibilidade.....	241
10.1	Conceito	241
10.2	Fonte.....	242
10.2.1	Tratado ou convenção internacional como fonte de inelegibilidade.....	243
10.3	Natureza jurídica e fundamento.....	244
10.3.1	Natureza jurídica da inelegibilidade.....	244
10.3.2	Fundamento da inelegibilidade.....	247

10.4	Princípios reitores	249
10.5	Classificação	251
10.6	Duração da inelegibilidade	252
10.7	Incompatibilidade e desincompatibilização	253
10.7.1	Desincompatibilização e reeleição	254
10.7.2	Flexibilização do instituto da desincompatibilização?.....	254
10.8	Inelegibilidades constitucionais.....	255
10.8.1	Considerações iniciais	255
10.8.2	Inelegibilidade de inalistáveis	256
10.8.3	Inelegibilidade de analfabetos	256
10.8.4	Inelegibilidade por motivos funcionais.....	260
10.8.5	Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e parentes.....	266
10.8.5.1	Inelegibilidade reflexa derivada de matrimônio e união estável.....	271
10.8.5.2	Inelegibilidade reflexa e família homoa-fetiva	275
10.8.5.3	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por consanguinidade ou adoção até o 2º grau	276
10.8.5.4	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por afinidade até o 2º grau	277
10.8.5.5	Município desmembrado e inelegibilidade reflexa	277
10.9	Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.....	278
10.9.1	Considerações iniciais	278
10.9.2	A Lei Complementar nº 64/90.....	279
10.9.3	Inelegibilidades legais absolutas – LC nº 64/90, artigo 1º, I.....	280
10.9.3.1	Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, b)....	280
10.9.3.2	Perda de mandato executivo (art. 1º, I, c)	282
10.9.3.3	Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, d)	283
10.9.3.4	Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, e)	288
10.9.3.5	Indignidade do oficialato (art. 1º, I, f)	297
10.9.3.6	Rejeição de contas (art. 1º, I, g)	298
10.9.3.7	Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, h)	309
10.9.3.8	Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i).....	312

10.9.3.9	Abuso de poder: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, j)	313
10.9.3.10	Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, k) ...	316
10.9.3.11	Improbidade administrativa (art. 1º, I, l) ..	318
10.9.3.12	Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, m)	322
10.9.3.13	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, n)	323
10.9.3.14	Demissão do serviço público (art. 1º, I, o)...	325
10.9.3.15	Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, p)	327
10.9.3.16	Aposentadoria compulsória e perda de cargo de magistrado e membro do Ministério Público (art. 1º, I, q)	330
10.9.4	Inelegibilidades legais relativas – LC nº 64/90, artigo 1º, II a VII	331
10.9.4.1	Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República	331
10.9.4.2	Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador	333
10.9.4.3	Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito	334
10.9.4.4	Inelegibilidade para o Senado	334
10.9.4.5	Inelegibilidade para a Câmara de Deputados	334
10.9.4.6	Inelegibilidade para a Câmara Municipal ..	334
10.9.4.7	Desincompatibilização – regramento geral de servidores públicos	335
10.9.4.8	Situações especiais	339
10.10	Arguição judicial de inelegibilidade	346
10.11	Aferição das causas de inelegibilidade	347
10.11.1	Regra geral: aferição no momento do registro de candidatura	347
10.11.2	Inelegibilidade superveniente: momento de aferição	347
10.11.3	Inelegibilidade posterior à data da eleição: irretroatividade da inelegibilidade	349
10.12	Elegibilidade superveniente	349
10.12.1	Alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao pedido de registro: parte final do § 10, art. 11, LE...	349

10.12.2	Revogação da suspensão do ato gerador da inelegibilidade	354
10.12.3	Inelegibilidade extinta após a data da eleição: irrotratividade da elegibilidade.....	356
10.13	Suspensão de inelegibilidade	357
10.13.1	O artigo 26-C da LC nº 64/90.....	357
10.13.2	Efeito suspensivo de recurso.....	361
11	Processo eleitoral	363
11.1	O que é processo eleitoral?.....	363
11.2	Salvaguarda do processo eleitoral	367
11.3	Anualidade eleitoral	368
12	Convenção partidária.....	377
12.1	Caracterização da convenção partidária	377
12.2	Impugnação da convenção.....	382
12.3	Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção? ...	383
12.4	Modo de indicação de candidato para vaga remanescente e substituição	383
12.5	Divulgação pública da convenção.....	383
12.6	Prévias partidárias ou eleitorais.....	384
12.6.1	Primárias americanas	385
13	Registro de candidatura	387
13.1	Processo de registro de candidatura	387
13.1.1	Considerações iniciais	387
13.1.1.1	Candidatura coletiva	390
13.1.2	Rito.....	391
13.1.3	Formalidades para o pedido de registro	397
13.1.3.1	Documentos necessários ao registro	398
13.1.3.2	Identificação do candidato	408
13.1.3.3	Verificação e validação de dados e fotografia.....	410
13.1.4	Requerimento de registro de candidatura individual – RRCI.....	410
13.1.5	Candidatura nata.....	410
13.1.6	Número de candidatos que pode ser registrado por partido	411
13.1.7	Quota eleitoral de gênero.....	414
13.1.7.1	A questão dos trans, transgênero e transexual.....	421
13.1.7.2	Fraude na quota de gênero	422
13.1.7.3	Financiamento da quota de gênero	424

13.1.8	Quota eleitoral étnico-racial.....	425
13.1.9	Vagas remanescentes.....	425
13.1.10	Substituição de candidatos.....	426
13.1.10.1	Substituição de candidato majoritário.....	428
13.1.10.2	Substituição de candidato proporcional..	430
13.2	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	431
13.2.1	Notícia de inelegibilidade.....	431
13.2.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)	432
13.2.2.1	Caracterização da ação de impugnação de registro de candidato.....	432
13.2.2.2	Procedimento	434
13.2.2.3	Prazos	434
13.2.2.4	Início do processo.....	436
13.2.2.5	Competência	436
13.2.2.6	Petição inicial	437
13.2.2.7	Objeto.....	437
13.2.2.8	Causa de pedir.....	437
13.2.2.9	Partes	441
13.2.2.10	Citação do impugnado.....	446
13.2.2.11	Defesa	446
13.2.2.12	Desistência da ação.....	447
13.2.2.13	Tutela provisória	449
13.2.2.14	Extinção do processo sem resolução do mérito	452
13.2.2.15	Julgamento antecipado do mérito	453
13.2.2.16	Fase probatória: audiência de instrução e diligências	454
13.2.2.17	Alegações finais.....	455
13.2.2.18	Julgamento.....	456
13.2.2.19	Eficácia da decisão que indefere registro de candidatura.....	458
13.2.2.20	Recurso.....	460
14	Campanha eleitoral	467
14.1	Campanha eleitoral e pré-campanha.....	467
14.1.1	Pré-campanha.....	468
14.2	Direitos e deveres de candidatos no processo eleitoral	470
14.2.1	Direitos de candidato.....	470
14.2.2	Deveres de candidato.....	471

15	Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas.....	475
15.1	Financiamento de campanha eleitoral.....	475
15.1.1	Modelos de financiamento de campanha eleitoral ..	475
15.1.2	Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral	481
15.1.2.1	Limite de gastos de campanha	482
15.1.2.2	Financiamento público	483
15.1.2.2.1	Financiamento da quota eleitoral de gênero.....	485
15.1.2.2.2	Financiamento étnico-racial de candidaturas	486
15.1.2.3	Financiamento privado	486
15.1.2.3.1	Introdução	486
15.1.2.3.2	Início e fim da arrecadação privada de recursos.....	487
15.1.2.3.3	Formalidades para arrecadação de recursos: inscrição no CNPJ, abertura de conta bancária	487
15.1.2.3.4	Documentação da arrecadação...	489
15.1.2.4	Recursos de campanha.....	490
15.1.2.5	Objeto da doação	495
15.1.2.6	Fontes de financiamento proibidas.....	498
15.1.2.7	Gastos eleitorais sujeitos a registro	501
15.1.2.8	Gastos eleitorais não sujeitos a registro ...	505
15.1.2.9	Administração financeira da campanha..	506
15.2	Prestação de contas de campanha eleitoral.....	506
15.2.1	Generalidades	506
15.2.2	Formas de prestação de contas.....	508
15.2.3	Prestações de contas parciais e finais.....	509
15.2.4	Procedimento na Justiça Eleitoral.....	509
15.2.5	Julgamento da prestação de contas	510
15.2.5.1	Sobras de campanha, recursos de fundos públicos, de fonte vedada e origem não identificada	515
15.2.5.2	Prazo para o julgamento das contas.....	516
15.2.5.3	Recursos	517
15.2.5.4	Omissão de informações e falsidade ideológica.....	518
15.2.6	Assunção de dívida de campanha pelo partido	518
15.2.7	Conservação dos documentos.....	520
15.3	Ação por doação irregular a campanha eleitoral	520

16	Pesquisa eleitoral.....	527
17	Propaganda eleitoral	533
17.1	Propaganda política	533
17.1.1	Caracterização da propaganda política	533
17.1.2	Influência das novas tecnologias comunicacionais ...	536
17.1.3	Tipos de propaganda política	539
17.2	Propaganda eleitoral	542
17.2.1	Introdução.....	542
17.2.2	Princípios	544
17.2.3	Classificação.....	546
17.2.4	Propaganda eleitoral ilícita e sanção.....	549
17.2.5	Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada ...	551
17.2.5.1	Não configuração de propaganda eleitoral antecipada: o art. 36-A da LE	554
17.2.5.2	Dever de tratamento isonômico por emissoras de rádio e TV	559
17.2.5.3	Impulsioneamento em redes sociais no período de pré-campanha	560
17.2.5.4	Responsabilidade por propaganda antecipada	561
17.2.6	Propaganda em bem público.....	562
17.2.7	Propaganda em bem de uso ou acesso comum.....	564
17.2.8	Propaganda em bem cujo uso dependa de autorização, cessão ou permissão do Poder Público.....	565
17.2.9	Propaganda em bem particular.....	566
17.2.10	<i>Outdoor</i>	570
17.2.11	Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos	571
17.2.12	Comício, showmício e eventos assemelhados, <i>live</i>	571
17.2.13	Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico....	573
17.2.14	Reunião e manifestação coletiva	575
17.2.15	Templo, culto e cerimônia religiosos.....	575
17.2.16	Caminhada, passeata e carreata	576
17.2.17	Propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens	576
17.2.18	<i>Telemarketing</i> eleitoral.....	577
17.2.19	Mensagens de felicitação e agradecimento	578
17.2.20	Divulgação de atos e atuação parlamentar.....	578
17.2.21	Mídia: meios de comunicação social.....	579
17.2.22	Mídia escrita	580
17.2.23	Mídia virtual	581

17.2.24	Rádio e televisão.....	582
17.2.24.1	Aspectos da propaganda no rádio e na televisão.....	582
17.2.24.2	Entrevistas com candidatos.....	586
17.2.24.3	Debate.....	587
17.2.24.4	Debate virtual.....	589
17.2.25	Propaganda gratuita no rádio e na televisão.....	590
17.2.25.1	Introdução.....	590
17.2.25.2	Conteúdo da propaganda.....	593
17.2.25.3	Distribuição do tempo de propaganda....	594
17.2.25.4	Primeiro turno das eleições.....	596
17.2.25.5	Segundo turno das eleições.....	598
17.2.25.6	Invasão de horário e participação de apoiador.....	599
17.2.25.7	Inexistência de emissora geradora de sinais de rádio e televisão.....	602
17.2.25.8	Sanções.....	603
17.2.26	Propaganda na Internet e nas redes sociais.....	605
17.2.26.1	Responsabilidade jurídica.....	613
17.2.26.2	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	616
17.2.27	Página institucional na Internet.....	618
17.2.27.1	Página institucional na Internet de candidato a reeleição ou a outro cargo eletivo.....	620
17.2.28	Dia das eleições: propaganda e liberdade de expressão dos eleitores.....	620
17.2.29	Violação de direito autoral.....	622
17.2.30	Pronunciamento em cadeia de rádio ou TV.....	623
17.2.31	Imunidade parlamentar material.....	623
17.3	Representação por propaganda eleitoral ilícita.....	624
17.3.1	Procedimento do artigo 96 da Lei das Eleições.....	624
17.3.2	Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita.....	624
17.3.3	Aspectos processuais da representação.....	625
17.3.3.1	Procedimento.....	625
17.3.3.2	Prazos.....	626
17.3.3.3	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público.....	627
17.3.3.4	Início do processo.....	628
17.3.3.5	Petição inicial.....	629
17.3.3.6	Objeto.....	630

	17.3.3.7 Causa de pedir.....	630
	17.3.3.8 Partes.....	631
	17.3.3.9 Prazo para ajuizamento.....	634
	17.3.3.10 Desistência da ação.....	636
	17.3.3.11 Competência	636
	17.3.3.12 Tutela provisória de urgência	639
	17.3.3.13 Tutela de evidência	640
	17.3.3.14 Citação do representado	641
	17.3.3.15 Defesa	641
	17.3.3.16 Intervenção obrigatória do Ministério Público.....	641
	17.3.3.17 Extinção do processo sem resolução do mérito	642
	17.3.3.18 Julgamento antecipado do mérito	642
	17.3.3.19 Fase probatória.....	642
	17.3.3.20 Alegações finais.....	645
	17.3.3.21 Julgamento.....	645
	17.3.3.22 Recurso.....	646
17.4	Direito de resposta	650
17.4.1	Caracterização do direito de resposta	650
17.4.2	Aspectos processuais do pedido de direito de resposta.....	656
18	Eleições, voto e proclamação dos resultados.....	663
18.1	Introdução.....	664
18.2	Sobre o voto.....	665
18.2.1	Definição e classificação do voto.....	665
18.2.2	Voto e escrutínio	670
18.2.3	Voto eletrônico ou informatizado.....	670
18.2.4	Críticas ao sistema de votação: transparência da urna eletrônica e voto impresso	673
18.3	Garantias eleitorais.....	675
18.3.1	Introdução.....	675
18.3.2	Garantias de eleitores, mesários, fiscais e candidatos	677
18.3.3	Transporte de eleitores	678
18.3.4	Oferta de alimentos a eleitores	680
18.3.5	Restrição de acesso ao local de votação	680
18.3.6	Prioridade postal	680
18.3.7	Lei seca.....	681
18.3.8	Participação de forças federais nas eleições.....	681
18.3.9	Feriado nacional.....	682

18.4	Preparação para as eleições.....	683
18.5	Preparação para a votação.....	685
18.6	Votação	687
18.7	Apuração e totalização dos votos	692
18.8	Proclamação dos resultados.....	693
19	Diplomação.....	695
19.1	Caracterização da diplomação.....	695
19.2	Candidato eleito com pedido de registro <i>sub judice</i>	698
20	Invalidade: nulidade e anulabilidade de votos.....	703
20.1	Considerações iniciais	703
20.2	Invalidade no direito eleitoral.....	706
20.2.1	Delineamento da invalidade no direito eleitoral.....	707
20.2.1.1	Inexistência.....	708
20.2.1.2	Nulidade.....	709
20.2.1.3	Anulabilidade	714
20.3	Prazos para arguição.....	721
20.4	Efeitos da invalidade.....	723
20.4.1	Efeitos gerais da invalidade.....	723
20.4.2	Indeferimento de registro de candidatura	724
20.4.3	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato.....	728
21	Ilícitos eleitorais e responsabilidade eleitoral	731
21.1	Ilícito eleitoral.....	731
21.1.1	Configuração do ilícito eleitoral.....	731
21.1.2	Sanção por ilícito eleitoral e proporcionalidade	732
21.1.3	Espécies de ilícitos eleitorais	733
21.2	Abuso de poder.....	733
21.2.1	Introdução.....	733
21.2.2	O que é abuso de poder?	734
21.2.3	Poder e influência.....	737
21.2.4	Tipologia legal do abuso de poder: <i>numerus clausus ou numerus apertus?</i>	737
21.2.5	Abuso de poder econômico	740
21.2.6	Abuso de poder de autoridade	741
21.2.7	Abuso de poder político	744
21.2.8	Abuso de poder político-econômico	746
21.2.9	Abuso de poder midiático.....	747
21.2.10	Abuso de poder na Internet, meios digitais e redes sociais.....	750

21.2.11	Abuso de poder mediante discurso: os atos perlocutórios.....	753
21.2.12	Abuso de poder religioso	755
21.2.13	Abuso de poder docente.....	759
21.2.14	Gravidade das circunstâncias	760
21.2.15	Sanção por abuso de poder.....	761
21.3	Fraude	762
21.3.1	Sanção por fraude	764
21.4	Corrupção	764
21.4.1	Sanção por corrupção.....	767
21.5	Captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais – LE, art. 30-A.....	767
21.5.1	Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos.....	767
21.5.2	Sanção por captação ou gasto ilícito de recursos.....	771
21.6	Captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A.....	771
21.6.1	Caracterização da captação ilícita de sufrágio	771
21.6.2	Sanção por captação ilícita de sufrágio	781
21.7	Condutas vedadas a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78.....	782
21.7.1	Caracterização da conduta vedada	782
21.7.2	Espécies de condutas vedadas	786
21.7.2.1	Cessão ou uso de bens públicos – art. 73, I....	787
21.7.2.2	Uso de materiais ou serviços públicos – art. 73, II.....	791
21.7.2.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral – art. 73, III	793
21.7.2.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos – art. 73, IV	795
21.7.2.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público – art. 73, V ...	796
21.7.2.6	Transferência voluntária de recursos – art. 73, VI, <i>a</i>	799
21.7.2.7	Propaganda institucional em período eleitoral – art. 73, VI, <i>b</i>	801
21.7.2.8	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão – art. 73, VI, <i>c</i>	804
21.7.2.9	Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública ou por entidade vinculada a candidato – art. 73, §§ 10 e 11	805
21.7.2.10	Infringir o § 1º do art. 37 da CF – art. 74....	807

	21.7.2.11 Despesas excessivas com propaganda institucional – art. 73, VII.....	809
	21.7.2.12 Revisão geral de remuneração de servidores – art. 73, VIII	812
	21.7.2.13 Contratação de <i>show</i> artístico em inauguração de obra – art. 75	814
	21.7.2.14 Comparecimento de candidato em inauguração de obra pública – art. 77.....	815
	21.7.2.15 Sanção por conduta vedada e proporcionalidade.....	816
12.8	Responsabilidade eleitoral.....	819
	21.8.1 Noção de responsabilidade jurídica.....	819
	21.8.2 Responsabilidade eleitoral e seu fundamento	820
	21.8.3 Exigência de processo justo	823
22	Perda de mandato eletivo, invalidação de votos e eleição suplementar.....	825
22.1	Extinção de mandato eletivo.....	825
	22.1.1 Causa não eleitoral de extinção de mandato	826
22.2	Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo	827
	22.2.1 Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato em razão de ilícito e invalidação da votação	828
	22.2.2 Indeferimento de registro de candidatura e invalidação da votação	829
22.3	Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do CE... ..	831
	22.3.1 O artigo 224 do Código Eleitoral.....	831
	22.3.1.1 O regime do <i>caput</i> do art. 224 do CE.....	832
	22.3.1.2 O regime do § 3º do art. 224 do CE.....	833
	22.3.2 Constitucionalidade do art. 224, §§ 3º e 4º, do CE ..	836
	22.3.3 Eleição suplementar: novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?	838
	22.3.4 Eleição suplementar direta e indireta	840
	22.3.5 Ao causador da invalidação da eleição é vedado disputar o novo pleito suplementar.....	841
	22.3.6 Responsabilidade civil por danos materiais e morais coletivos decorrentes da realização de eleição suplementar.....	842
23	Ações eleitorais: procedimento do art. 22 da LC nº 64/90	847
23.1	Processo jurisdicional eleitoral.....	847
23.2	Tópicos processuais.....	849

23.2.1	Devido processo legal	849
23.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	850
23.2.3	Celeridade	850
23.2.4	Imparcialidade dos agentes da Justiça Eleitoral	850
23.2.5	Demanda ou dispositivo	851
23.2.6	Impulso oficial	852
23.2.7	Congruência ou correlação entre a imputação e a sentença	852
23.2.8	Aditamento e alteração da causa de pedir	853
23.2.9	Persuasão racional do juiz e artigo 23 da LC nº 64/90	854
23.2.10	Fundamentação das decisões judiciais	855
23.2.11	Publicidade.....	856
23.2.12	Boa-fé objetiva e lealdade.....	856
23.2.13	Instrumentalidade do processo	857
23.2.14	Gratuidade	857
23.2.15	<i>Amicus curiae</i>	858
23.2.16	Autocomposição, conciliação e mediação	859
23.2.17	Negócio jurídico processual.....	861
23.2.18	Prioridade na tramitação de feitos quanto a idoso, portador de doença grave e portador de deficiência.....	863
23.2.19	Processo eletrônico	864
23.2.20	Sessão de julgamento por meio eletrônico	865
23.3	Ações eleitorais	867
23.4	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) por abuso de poder	871
23.4.1	Considerações iniciais	871
23.4.2	Procedimento da AIJE.....	871
23.4.3	Atos judiciais e ordinatórios	872
23.4.4	Prazos processuais.....	873
23.4.5	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público	876
23.4.6	Início do processo	877
23.4.7	Petição inicial.....	877
23.4.8	Objeto	879
23.4.9	Causa de pedir	880
23.4.10	Partes.....	884
23.4.11	Prazo para ajuizamento.....	892
23.4.12	Litispendência e coisa julgada	894
23.4.13	Desistência da ação	895
23.4.14	Competência.....	896

23.4.15	Tutela provisória de urgência antecipada.....	897
23.4.16	Tutela provisória de urgência cautelar.....	899
23.4.17	Tutela de evidência.....	900
23.4.18	Citação do representado.....	901
23.4.19	Defesa	902
23.4.20	Arguição de incompetência	904
23.4.21	Arguição de imparcialidade do juiz: impedimento e suspeição.....	904
23.4.22	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	908
23.4.23	Julgamento antecipado do mérito.....	908
23.4.24	Provas.....	909
23.4.25	Colheita e produção antecipada de provas	937
23.4.26	Audiência de instrução probatória	938
23.4.27	Diligências.....	939
23.4.28	Alegações finais	940
23.4.29	Relatório	941
23.4.30	Julgamento	941
23.4.31	Recurso.....	946
	23.4.31.1 Recurso contra decisão interlocutória	946
	23.4.31.2 Recurso contra decisão final, extintiva do processo ou da fase cognitiva do procedimento	950
	23.4.31.3 Juntada de documento novo no recurso..	952
23.4.32	Efeitos do recurso.....	953
	23.4.32.1 Efeito imediato do acórdão que cassa diploma: afastamento do mandatário cassado.....	955
23.4.33	Juízo de retratação.....	956
23.4.34	Recurso adesivo	957
23.4.35	Sessão de julgamento por meio eletrônico	957
23.5	Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais – LE, art. 30-A	957
23.6	Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A	964
23.7	Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78	971
23.8	Cúmulo de ações: cúmulo de pedidos em um mesmo processo	978
23.9	Conexão e reunião de causas eleitorais	979
	23.9.1 Juízo competente.....	982
	23.9.2 Procedimento a ser observado	983
23.10	Extensão da <i>causa petendi</i> e princípio da congruência	983

24	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	987
24.1	Caracterização da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	987
24.1.1	Compreensão da AIME.....	987
24.1.2	Inelegibilidade e AIME.....	989
24.2	Procedimento da AIME	991
24.2.1	Introdução.....	991
24.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	992
24.2.3	Temas comuns com o procedimento da AIJE	993
24.2.4	Segredo de justiça.....	993
24.2.5	Petição inicial.....	994
24.2.6	Objeto	996
24.2.7	Causa de pedir	996
24.2.8	Partes.....	997
24.2.9	Prazo para ajuizamento	999
24.2.10	Litispendência e coisa julgada	1000
24.2.11	Desistência da ação	1001
24.2.12	Competência.....	1003
24.2.13	Tutela provisória de urgência cautelar.....	1003
24.2.14	Citação	1004
24.2.15	Defesa	1004
24.2.16	Arguição de incompetência	1005
24.2.17	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	1005
24.2.18	Julgamento antecipado do mérito.....	1005
24.2.19	Fase probatória: audiência de instrução e diligências.....	1006
24.2.20	Alegações finais	1008
24.2.21	Julgamento	1008
24.2.22	Recurso	1010
24.2.23	Juízo de retratação.....	1010
25	Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED)	1011
25.1	Caracterização do Recurso contra Expedição do Diploma (RCED)	1011
25.2	Natureza jurídica do RCED	1014
25.3	Recepção do RCED pela Constituição Federal de 1988.....	1015
25.4	Aspectos processuais.....	1016
26	Execução eleitoral	1029
26.1	Sanções eleitorais.....	1029
26.2	Execução de multa eleitoral	1030

27	Ação rescisória.....	1037
27.1	Ação rescisória eleitoral.....	1037
27.2	Ação de anulação de ato processual.....	1041
27.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	1042
	Referências.....	1043
	Índice remissivo	1055
	Apêndice: Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE	1065